

Oposição se organiza para alterar Lei da Ficha Limpa

Parlamentares buscam reduzir o tempo de inelegibilidade

Por Karoline Cavalcante

Sem a certeza de emplacar o Projeto de Lei (PL 2.858/2022), que concede anistia aos condenados pelos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, a oposição se organiza para alterar a Lei da Ficha Limpa, buscando reduzir o tempo de inelegibilidade de oito para dois anos. O texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 141/2023 é de autoria do deputado federal Bibó Nunes (PL-RS) e determina, ainda, que a condenação deve ser contabilizada a partir da eleição em que se verificou a prática do crime.

A proposta beneficiaria o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que está inelegível até 2030 e poderia concorrer, por meio dessa mudança, ao pleito de 2026. Na manhã do último sábado (1º), o tema foi novamente debatido em um encontro com Bolsonaro e outros membros do Partido Liberal (PL), em Brasília. Segundo a assessoria de Nunes, parlamentares oposicionistas levaram a proposta aos novos presidentes da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Muito tempo

Para o deputado, a penalidade para o político que cometer crimes não deve ser por tempo de inelegibilidade. “Existe a justiça comum, o código penal, a lei de improbidade administrativa, entre outras, para punir políticos criminosos. Não é por tempo de ficar inelegível que se pune um político criminoso”, afirmou Bibó Nunes. “Oito anos



Tânia Rego/Agência Brasil

Mudança poderia reduzir inelegibilidade de Bolsonaro

é muito tempo e serve para punições políticas e não criminosas. Iniciou com três anos e aumentaram para oito, agora vamos reduzir para dois, adaptando a uma realidade justa”, acrescentou o autor do texto.

A medida foi apresentada na Casa em julho de 2023 e encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto de 2024. Mas foi somente em 18 de dezembro de 2024 que a deputada federal Carolina de Toni (PL-SC), à época presidente do colegiado, designou o deputado federal Filipe Barros (PL-PR) como relator. A estratégia política da oposição para garantir o avanço da pauta, é a indicação de um nome neutro para presidir a CCJ.

Hugo Motta

Em meio às discussões sobre o assunto, Hugo Motta declarou nesta terça-feira (4) que considera oito anos de inelegibilidade “um tempo extenso”

mas ainda não dialogou com os líderes sobre a necessidade de modificações. “Oito anos são quatro eleições, é um tempo extenso na minha avaliação”, afirmou em declaração à CNN.

“A Lei da Ficha Limpa trouxe muitas mudanças. Hoje, o Brasil já está adaptado com essa lei, há uma compreensão de que a lei foi boa. Se houver interesse de algum partido, de algum parlamentar em discutir isso, e aí entra o cenário de 2026, que começou a falar para tratar a inelegibilidade de Bolsonaro, aí o Congresso vai discutir, o Congresso é soberano. Esse não foi um tema, um assunto, que eu dialoguei com os líderes para sentir o ambiente sobre a necessidade ou não de uma mudança na Lei da Ficha Limpa”, prosseguiu o presidente da Câmara.

Ao Correio da Manhã, o advogado e cientista político Melillo Dinis, integrante do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), um dos responsáveis pela ela-

boração da Lei da Ficha Limpa, considerou “falta de ética” a tentativa de alteração. “A proposta que está na Câmara dos Deputados, articulada como um plano para oferecer a elegibilidade ao ex-presidente Jair Bolsonaro, é um tapa na cara da Lei da Ficha Limpa, que teve origem em uma iniciativa popular, com milhões de brasileiros apoiando. Se for adiante, nunca mais os políticos que a apoiarem poderão falar em ética na política e em política com ética”, afirmou o analista.

Primeira aprovação

O Plenário Ulysses Guimarães já retornou às suas atividades sob nova direção. Nesta terça-feira (4), teve a primeira medida aprovada.

O projeto em questão foi a Medida Provisória (MP 1257/24), que abre crédito extraordinário de R\$ 5,1 bilhões para acolher a população afetada pelas enchentes do Rio Grande do Sul.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Douglas Gomes/liderança do Republicanos



Marcos Pereira, presidente do Republicanos

Interesses regionais impedem federação do Centrão

A decisão dos deputados federais do Republicanos de não aceitarem formar uma federação com o PP e com o União Brasil tem a ver com, principalmente, interesses regionais, pilar básico do sistema partidário brasileiro.

A questão não é programática: nem filiados a esses partidos devem diferenciar os programas de cada um deles. Em linhas gerais, todos se con-

sideram como de centro, o que, no Brasil, significa que estão confortavelmente perto de governos de direita e de esquerda.

Como não há diferenças ideológicas entre eles, existem para viabilizar acesso ao poder. Uma federação ampliaria a força nacional do grupo, mas tenderia a complicar a vida de dirigentes e parlamentares nos estados e nos maiores municípios.

Caciques

Outro problema seria acomodar a quantidade de caciques nos três partidos. Como disse um deputado, não dá pra querer que o senador Ciro Nogueira (PP-PI), o deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP) e Antonio Rueda (União) aceitem abrir mão de poderes.

Camisa de força

Há outra questão em jogo e que aponta para a campanha presidencial. Separados, os três partidos podem fazer acordos com diferentes candidatos. Juntos, terão que, obrigatoriamente, apoiar um só. A camisa de força aperta e restringe ainda mais acordos nos estados.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Van Hatten obteve 31 votos para presidente

Eleição mostrou que radicais vão além de seus partidos

A união em torno de Hugo Motta (Republicanos-SP) para o cargo de presidente da Câmara foi grande — ele teve o voto de 444 dos 513 deputados e recebeu o apoio explícito até do PT e do PL.

Mas a eleição mostrou que setores mais radicais, embora minoritários, continuam a respirar. O bolsonarista Marcel Van Hat-

tem (Novo-RS) obteve 31 votos — e seu partido tem apenas quatro parlamentares na Casa.

Já o Pastor Henrique Vieira (Psol-RJ) contou com a adesão de 22 colegas. A federação Psol-Rede tem 14 deputados.

Ou seja, à direita e à esquerda há gente disposta a fazer muito barulho, que não aceita a conciliação.

Parceiros

Apesar de minoritários, esses deputados avaliam que contarão com o respaldo dos novos líderes do PT — Lindbergh Farias (RJ) — e do PL, Sóstenes Cavalcante (PL). Nenhum dos dois prima pela moderação e ambos dialogam muito bem com setores mais radicais.

Torcida

Setores importantes do Planalto torcem para que a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), não vire ministra. Temem que, no governo, ela acabe de inviabilizar acordos. Alvo de críticas de Gleisi, Fernando Haddad é um dos que preferem vê-la longe da Esplanada.

Bola pro lado

Ao ficarem em cima do muro na questão da anistia a acusados e condenados pelo 8 de Janeiro, Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), tentam repetir a estratégia adotada por Arthur Lira (PP-AL) em 2024: a de tocar a bola pro lado.

Recado

Eles tentam deixar que o assunto se esvazie e, ao mesmo tempo, mandam recados para o PL, partido que tem os dois primeiros vices-presidentes das duas Casas: nada de aproveitar a eventual ausência dos titulares para tentar colocar o assunto na pauta.

Guerra tarifária entre EUA e China pode impactar o Brasil

Por Karoline Cavalcante

A recente escalada de tarifas entre os Estados Unidos e a China pode abrir novas oportunidades de mercado para o Brasil. Em entrevista ao Correio da Manhã, a advogada especialista em Direito Internacional Hanna Gomes destacou que, devido à instabilidade provocada pela guerra tarifária, empresas e mercados internos dos dois países podem ser forçados a procurar fornecedores alternativos para reduzir custos e manter a fluidez nas suas operações comerciais.

“Esse cenário de disputas tarifárias pode resultar em um aumento do investimento estrangeiro no Brasil, já que empresas podem buscar mercados mais estáveis como alternativa”, explicou a especialista.

No entanto, Hanna também alertou para os impactos negativos que o Brasil pode enfrentar, dado que o conflito tem o potencial de desacelerar o crescimento econômico global e destacou ainda a incerteza dos efeitos dessa volatilidade. “Embora os reflexos dessa tensão sejam imprevisíveis, é fundamental que o Brasil comece a explorar novos mercados para seus produtos, com o objetivo de diminuir a dependência dos Estados Unidos e da China. Isso pode significar buscar aliados estratégicos, assumindo os benefícios e os riscos dessa escolha”, completou a advogada.



Reprodução

Após perdões presidenciais, Trump pode investigar Biden

Para o cientista político Kleber Carrilho — que é pesquisador da Universidade de Helsinque, na Finlândia —, o Brasil tem mostrado um movimento, principalmente em direção à Europa, o que por um lado demonstra uma neutralidade, mas também é um risco. “Porque a Europa tem se enfraquecido, tem tido crises muito grandes. Inclusive França e Alemanha, as duas maiores economias da União Europeia, neste momento estão em crise. E se o Brasil se aproximar principalmente desses dois países, pode ser visto como um país a mais

nessa tendência do fracasso”, afirmou.

Guerra tarifária

Na última sexta-feira (31), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump (Republicano) anunciou uma tarifa adicional de 10% sobre produtos chineses. Na medida, também implementou uma tarifa de 25% sobre as importações do México e do Canadá (e de 10% sobre a energia canadense). Em sua justificativa, o republicano afirmou que o aumento é devido “à grande ameaça de estrangeiros ilegais e drogas mortais que matam os nossos cidadãos, incluindo o fentanil”.

Trump decidiu na segunda-feira (3) suspender pelo período de um mês as tarifas impostas ao México e ao Canadá. Ambos os países entraram em acordo com os EUA, oferecendo mais cooperação na região fronteiriça. A China, porém, optou por retaliar a decisão dos EUA e anunciou uma série de impostos adicionais sobre os produtos norte-americanos a partir da próxima segunda-feira (10), que incluem uma tarifa adicional de 15% sobre carvão importado e gás natural liquefeito e uma tarifa adicional de 10% sobre petróleo, máquinas agrícolas, carros de grande cilindrada e caminhonetes.

Questionado sobre a decisão do país asiático, Trump respondeu que está “tudo bem” e que não tem pressa para falar com o presidente chinês Xi Jinping (Partido Comunista). “Falarei com ele no momento apropriado”, declarou o republicano à Reuters.

Pressão

Kleber Carrilho avalia, ainda, que parte importante dessas tarifas imputadas pelos EUA serve como uma forma de pressionar os países, mas, na verdade, não é colocada em prática.

“Isso aconteceu em todas as interações com Colômbia, com a própria Venezuela, com o México e com o Canadá. Então, é possível também que com a China haja uma negociação”, acrescentou o cientista político.